

Carlos Pimenta

Ciclo de negócio, crise e crise do euro

Publicado em *Vértice*, nº 159, Julho-Agosto 2011, pag. 5-16

1. Falemos em **empresa** para designar o conjunto de actividades sociais que criam bens e serviços e, por essa forma, criam valor.

No ciclo de vida de uma empresa tem de haver, à partida, dinheiro (D). É com ele que os proprietários da empresa podem comprar máquinas e equipamento, matérias-primas e energia. É com esse dinheiro que as empresas contratam inicialmente os trabalhadores que, utilizando os equipamentos, vão criar mercadorias, isto é, os tais bens e serviços que vão ser adquiridos e utilizados por outros membros da sociedade (outras empresas e famílias, nacionais ou estrangeiras). Com o dinheiro compram-se mercadorias (M) que vão ser utilizadas num processo produtivo (...P...), seja ele qual for, para produzir outro tipo de mercadorias (M'). Vendidas estas, as empresas voltam a obter dinheiro, que lhes permite reiniciar um novo ciclo produtivo.

Sinteticamente

$$D - M \dots P \dots M' - D'$$

em que M' são os bens e serviços produzidos, diferentes das máquinas, matérias-primas e força de trabalho inicialmente adquiridos (M). Diferentes nas suas características e no seu valor (D' é maior que D), sendo a diferença o lucro.

2. Falemos agora da **sociedade**, da sociedade transformada pela Revolução Industrial, na qual continuamos a viver (dramaticamente redescoberta por alguns na presente crise) embora, obviamente, com um conjunto de especificidades (tecnológicas, informativas, éticas, ambientais; com outros espaços sociais de realização e outros tempos de realização). Historicamente o dinheiro (mais genericamente a moeda) é posterior à produção de bens e serviços, mesmo posterior a aquelas serem produzidas para outrem, serem mercadorias: (M – D).

É a produção que permite criar valor novo, rendimento. É este que permite aumentar a quantidade de bens e serviços durante um dado período, acumulando-se sob a forma de riqueza (individual e colectiva): ...P... é o ponto de partida da dinâmica social.

Por outras palavras, a dinâmica das empresas (e poderíamos dizer outro tanto das famílias) e da sociedade são diferentes, podendo funcionar em harmonia (complementaridade) ou conflito (oposição das respectivas dinâmicas).

3. As empresas precisam de dinheiro hoje para obterem maior quantidade de dinheiro amanhã. Se hoje obtiverem mais dinheiro amanhã também terão ainda mais. É individual e socialmente (aqui há harmonia) vantajoso antecipar ciclos de negócios. Para tal há que aumentar a importância do capital alheio (emprestado) em relação ao capital próprio (sendo também vantajoso aumentar este, sobretudo se não puser em causa a propriedade da empresa).

Estas funções foram preenchidas através de duas instituições.

Em primeiro lugar pelos bancos, eles próprios anteriores à Revolução Industrial, há muito especializados em conceder crédito e obter uma remuneração adicional por essa actividade. A sua função específica é transferir dinheiro de quem o tem disponível para quem necessita dele. A sua importância aumenta quando se vão apercebendo que não precisam de ter no cofre todo o dinheiro que foi neles depositado e passa a haver um sistema de compensação nos pagamentos entre os bancos.

Em segundo lugar pelas bolsas de valores, que surgiram mais tarde, inicialmente destinadas a compra e venda de acções (forma das empresas aumentarem o capital próprio) e obrigações (forma de obterem capital alheio). Durante muitos e muitos anos esta era a actividade principal das bolsas de valores: permitirem às empresas aumentar a actividade produtiva antecipando dinheiro. Quem emprestava comprava obrigações, e pretendia receber periodicamente um juro; quem participava com o seu dinheiro no capital da empresa comprava acções e pretendia obter uma parte dos seus lucros, receber dividendos.

É certo que sempre foi possível “jogar na bolsa”: comprar acções hoje para vender amanhã, fazer o mesmo com as obrigações. Se tudo lhes correr bem obtêm um rendimento adicional. Essas aplicações financeiras são, para ele, capital. Mas essas sucessivas compras e vendas nada têm a ver com o processo produtivo, porque o financiamento das empresas já foi anteriormente feito: do ponto de vista social esse “capital” não cria nova riqueza, é fictício. Utilizando a terminologia anterior referida, aqui há conflito entre o individual e o social.

As bolsas de valores permitem **capital fictício**, mas a sua importância foi, até os anos 80 do século passado, reduzida. Também os bancos permitem o crédito ao consumo, embora socialmente a sua função principal seja a o crédito à produção.

4. E tudo funciona bem enquanto os negócios vão bem, o que não acontece quando se aproxima uma crise, quando esta se manifesta.

Veremos mais adiante como é que tudo acontece e como os acontecimentos evoluíram desde meados do século XIX até aos dias de hoje.

5. Numa linguagem muito simplista podemos dizer que ao longo do tempo as actividades económicas têm altos e baixos. Subidas e descidas ao longo do século, ao longo da década, ao longo do ano, ao longo do mês, ao longo da semana, ao longo do dia. Em qualquer escala do tempo tem crescimentos e decrescimentos, evoluções mais rápidas e dinâmicas mais lentas. Os economistas passaram a chamar-lhes **ciclos, distinguindo uns dos outros, ou pelo nome dos**

economistas que chamaram a atenção para a sua existência (ex. ciclos de Kondratief; ciclos de Juglar) ou pelo tempo decorrido desde um “ponto de partida” até um “ponto de chegada” que tem uma posição relativa semelhante ao ponto de partida (ex. ultralongo, longo, médio, curto, infracurto). Por vezes também os identificam pelo tipo de mercado em que se manifesta, havendo uns (ex. bolsa de valores) mais sensíveis que outros (ex. da construção civil).

Associada a esta oscilação também foi surgindo dois tipos de análises das temáticas económicas: conjuntural e estrutural. A primeira atende essencialmente aos movimentos de subidas e descidas, ao momento em que estamos na evolução cíclica; a segunda privilegia a tendência de evolução, a dinâmica de conjunto.

Numa primeira leitura podemos dizer que não é de espantar estas dinâmicas conjunturais, tantos são os intervenientes na actividade económica (ex: a comprarem ou a venderem, a pedirem ou a concederem crédito, a pouparem ou a aplicarem recursos), tantas são as intenções com que o fazem (ex: para adquirirem dinheiro ou bens, para fazerem aplicações durante uma vida ou segundos; para satisfazerem a sua ânsia de poder ou para ter lucros), tantas são os encontros e desencontros entre vontades, tão diversa é a informação com que promovem as suas acções (sendo habitual falar em simetria ou assimetria da informação), tanta é a diversidade institucional dos intervenientes (ex. famílias com muitos ou poucos recursos, empresas localizadas numa aldeia ou multinacionais, instituições públicas ou privadas, fábricas metalúrgicas ou gestores de fundos de pensões), tanta é a diversidade sejam quais forem os critérios considerados. Quando olhamos para esta diversidade podemos falar da **anarquia da produção, da troca e da repartição de rendimentos**.

Só por simplificação de raciocínio, por soberba humana de pretendermos impor à realidade os nossos pensamentos, poderíamos admitir que a economia, uma forma concentrada de falarmos na sociedade, evoluiria de forma simplista: a uma variação constante, a uma taxa de variação constante, ou algo semelhante.

A este propósito poderíamos percorrer a longa história da Filosofia sobre a relação entre o homem e a sociedade (ou a sociedade e o homem), sobre a natureza humana, sobre a liberdade. Excluiríamos Deus porque as ciências sociais (ciências e não meras lucubrações) assentam na laicização da sociedade, na hipótese de partida de que a dinâmica da sociedade é construída pela própria sociedade, de que há “leis naturais” que gerem os agregados humanos. Mas reencontramo-lo nos debates sociológicos do primado do homem sobre a sociedade (com o paradigmático Max Weber) ou da sociedade sobre o homem (com a referência a Durkheim). Os economistas discutiriam, o que não faremos agora, se são as conjunturas que determinam as estruturas ou se, pelo contrário, são as estruturas que determinam as conjunturas. Provavelmente discutiriam com a imprudência idealista de não destrinçarem a diversidade epistemológica (formas diferentes de pensar) da unidade ontológica (dinâmica global das relações sociais de produção e troca).

6. Contudo, mais importante é percebermos que, por detrás da anarquia, despontam probabilidades, regularidades, relações essenciais entre os actos, concatenações lógicas, o que podemos designar por **leis científicas do funcionamento dos ciclos**.

Leis que podem ser facilitadas ou contrariadas pela acção dos homens, pelo que se costuma designar por política económica, mas que, nesse contexto de conflito continuam a existir.

(Para se aprofundar esta questão seria necessário distinguir entre “política económica” e “gestão económica”, entre “superação de contradições” e “desvio de contradições”). Leis, no entanto, que já se perfilavam a partir do momento em que utilizamos a palavra “ciclo” porque ela pressupõe a aceitação de uma sucessão de evoluções que se repetem no tempo, independentemente (ou através) da forma como isso acontece.

Porque este pequeno texto é o caminho para chegarmos a um melhor entendimento do que actualmente se passa com a moeda da União Europeia, com o euro, vamos concentrar a nossa atenção no **ciclo de negócios**, na fase da crise e em algumas das suas leis.

7. Para não entrarmos em grandes preciosismos técnicos, admita que vai a andar de barco e que há uma ondulação forte. Admita que está a subir uma onda, atinge o seu ponto mais alto. A essa situação segue-se uma descida, uma diminuição de nível, até atingir o ponto mais baixo. Chamemos-lhe a «fase um» da sua navegação. Atingido o nível mais baixo assim continuará durante algum tempo, mais ou menos dilatado conforme a frequência das ondas. Chamemos-lhe a «fase dois» da navegação. Finalmente começa novamente a subir até atingir um nível médio ao que tinha atingido na onda anterior. Chamemos-lhe «fase três». A subida continua até novamente atingir um cume, no qual nos mantemos algum tempo. É a «fase quatro».

Transpondo esta navegação para os ciclos podemos, grosso modo, dizer que a fase um corresponde à **crise**, a dois à **depressão**, a três à **recuperação** e, por fim, a quatro à **expansão**. Poderíamos adoptar outro tipo de classificações, mas esta parece-nos simples e compreensiva.

Claro que a dinâmica económica não é tão simples, como provavelmente não seria a própria navegação, porque uns ciclos sobrepõem-se a outros ciclos de tipo diferente, porque há uma tendência de evolução de longo prazo, porque existem diferenças de comportamento entre sectores de actividades e entre países, entre mercados locais e globais (apesar de desde 1968 estarmos numa fase de crescente sincronismo), entre empresas (a falência de umas pode ser a centralização e crescimento de outras, por exemplo). Mas a descrição aqui feita parece-nos suficiente para os nossos propósitos.

Porque a nossa cultura construiu a ideia de “progresso”, porque o funcionamento harmónico da actividade económica pressupõe que se venda o que foi produzido, que o procurado seja encontrado, que haja rendimentos para comprar os produtos, as fases consideradas “normais” são a recuperação e a expansão. A depressão é uma fase transitória para se atingir essa tão almejada “normalidade”. Por outras palavras, apenas a crise é considerada “anormal” e de facto assim a podemos considerar porque é o período de explosão dos conflitos, das desarticulações, das contradições. No entanto, tenhamos bem em conta, a crise é uma fase tão importante quanto as outras na reprodução do sistema capitalista. Mais, sendo a anarquia parte integrante da produção, troca e repartição do rendimento do capitalismo, **a crise, ao resolver dramaticamente as tensões e os antagonismos que aquela propicia, tem uma função insubstituível na continuidade do sistema.**

Concentremos, pois a nossa atenção na crise.

8. As manifestações visíveis da crise são conhecidas: as mercadorias não são vendidas, as empresas têm carências de dinheiro para fazer face aos seus compromissos, muitas dívidas não são pagas, reduz-se o investimento privado (ou a sua taxa de crescimento), atenua-se a criação de emprego e aumenta o desemprego, intensificam-se as falências. As perspectivas de

lucro diminuam, o pessimismo penetra em quase todos os intervenientes no processo. A queda das cotações nas bolsas de valores é, frequentemente, o primeiro sinal estrondoso de se estar a viver uma fase de crise.

Concomitantemente agravam-se as desigualdades sociais, intensificam-se as tensões sociais. Estas manifestam-se de forma conflitual. Por um lado, as dificuldades existentes para grandes camadas populacionais, a violência ética das desigualdades, o desespero da criação do dia seguinte podem conduzir a situações de ruptura revolucionária. Por outro, a insegurança, a passividade que o desemprego gera numa estratégia de sobrevivência e a incerteza podem gerar uma submissão passiva. Num caso ou noutro o sentido das opções políticas pode ser muito diverso.

A crise é uma expressão do excesso. Faz todo o sentido dizer que “é a miséria na opulência”. Há excesso de mercadorias (mercadorias que estão inseridas num processo de valorização, que são capital, capital-mercadoria) em relação às possibilidades de venda. Há excesso de produção (capital produtivo) em relação às necessidades de produção para o mercado. Há excesso de dinheiro (capital-dinheiro) em relação às possibilidades de utilização rentável, sendo entesourado.

As crises do ciclo de negócios são **crises de sobreprodução**, crises de excesso de capital. A sua superação passa por uma destruição desse excesso de capital em relação à taxa de lucro esperada.

De um ponto de vista lógico tanto poderíamos falar de excesso de produção como de falta de consumo, sendo a sobreprodução a outra face do subconsumo. Contudo a relação hierarquizada entre produção, repartição do rendimento, troca e consumo, o primado da produção e a condução da dinâmica pelo capital (privado) fazem com que o essencial seja a sobreprodução, sendo a sua manifestação fenomenológica o subconsumo. A superação da crise, no quadro do sistema capitalista, passa inevitavelmente pela destruição espontânea, e dolorosa, de capital sob as suas diversas formas. A leitura pelo subconsumo, permite, no entanto, uma política económica de atenuação da crise, de impedimento dos seus efeitos mais nefastos para as populações.

9. Começámos o artigo anterior por chamar a atenção para o ciclo do capital: aplicar o dinheiro num processo produtivo, produzir mercadorias com um valor superior, vendê-las e retomar novo ciclo.

Na aproximação da crise, numa fase última de alta conjuntura, é frequente já começar-se a sentir as dificuldades de venda, as quais são inicialmente registadas pelo comércio (a retalho e por grosso) e só posteriormente pela indústria, pelas actividades produtivas. O tempo que decorre entre a aplicação do dinheiro (D) e o seu retorno (D') amplia-se. O sector industrial, em sentido lato, começa a mostrar-se menos lucrativo, de mais difícil e incerta rentabilização. Entretanto os mercados de títulos financeiros continuam com elevados níveis de rentabilidade e de rápida rotação do capital (que pode aumentar pela ânsia de liquidez), com tendência para aumento da importância relativa do capital fictício.

O sucesso das aplicações financeiras e o início das dificuldades comerciais e industriais fazem com uma parte do capital-dinheiro se desvie destas actividades para aquelas aplicações, o que aumenta a “euforia” nos mercados financeiros. Frequentemente esta “euforia”, a aparência de

que tudo “corre às mil maravilhas”, é já uma fase prévia da crise de sobreprodução, é uma primeira manifestação desta.

Porque se trata de uma expansão nos mercados financeiros que tem como contrapartida uma retracção do investimento nos sectores produtivos, porque já existem dificuldades de venda das mercadorias e há o perigo de rompimento do pagamento das dívidas, porque essa expansão financeira assenta mais sobre o capital fictício do que no financiamento às empresas, essa dinâmica financeira também se rompe.

Por estas razões uma das primeiras manifestações explícitas da crise são, frequentemente, as brutais quedas de cotação dos títulos nas bolsas, o “pânico” bolsista, o não pagamento das dívidas (o aumento do crédito mal parado), a falta de liquidez da banca e das instituições cuja rentabilização assentava nas aplicações bolsistas.

A aparência é a de que estamos perante uma **crise financeira**. Admite-se que as dificuldades sobrevenientes são uma sua consequência: que é a crise financeira que gera a crise no sector produtivo, no conjunto da economia. Contudo a sequência efectiva é outra: é o despontar da crise de sobreprodução que empola e retarda a crise financeira, é esta que revela em plenitude a crise.

10. Também a crise que actualmente vivemos parece ter sido gerada por uma crise financeira (localizada nos EUA, do *subprime*, tendo como momento nevrálgico a falência do Lehman Brothers), mas a crise actual, do capitalismo em fase de globalização, nem foi exportada pelos EUA (embora o que aí aconteceu tenha fortes impactos nos restantes acontecimentos), nem é o resultado de acontecimentos financeiros. **É uma crise de sobreprodução tendencialmente mundial.**

A sua dinâmica obedece às leis económicas das crises, particularmente evidentes quando estamos perante grandes crises. Contudo as formas que aquelas assumem dependem das características da dinâmica social em cada momento.

A crise actual enquadra-se nas características aqui traçadas, mas assume especificidades, essencialmente resultantes da hegemonia do neoliberalismo, das características da globalização e do tipo de “política económica” adoptada.

A sua análise permitirá ver de forma mais clara a situação actual, nomeadamente a crise do euro.

11. As fases do ciclo e as crises manifestam-se de acordo com as leis que as regem, mas assumindo formas, intensidades, interligações, harmonias e conflitos diferentes conforme as especificidades de cada momento, conforme os comportamentos típicos e efectivos dos intervenientes na sociedade, desde o Estado às empresas. As leis são regularidades explicitadas através da observação imediata das irregularidades, enquanto aparências de fogachos do acaso.

A crise que se iniciou em 2008 e que continuamos a viver é frequentemente comparada com a dramaticamente famosa **crise de 1929/33** sobre a qual é importante recordar algumas imagens:

- Tudo parece ter começado na bolsa. “Os sintomas da crise já tinham aparecido no início de 1929 (leve queda da Bolsa de Nova York), a produção industrial americana já havia começado a cair a partir de julho do mesmo ano, causando um período de leve recessão econômica, e em setembro aconteceu a queda da Bolsa de Londres. Em agosto, a taxa de juros foi levada de 5% para 6%, numa tentativa de reduzir o volume de crédito, mas já era tarde demais. A orgia de lucros, finalmente, estourou a 24 de outubro de 1929: as cotações do Stock Exchange de Nova York afundaram 50% em um só dia. Estes preços estabilizaram-se ao longo do final de semana, para caírem drasticamente novamente na quarta-feira, 28 de outubro. Muitos acionistas entraram em pânico. Cerca de 16,4 milhões de ações subitamente foram postas à venda na quinta-feira, 29 de outubro, a “Quinta-Feira Negra”. O excesso de ações à venda, e a falta de compradores, fizeram com que os preços destas ações caísse cerca de 80%. Até o final do mês, seguiram-se novas derrubadas de preços e uma onda de falências. Milhares de acionistas perderam, literalmente da noite para o dia, grandes somas em dinheiro. Muitos perderam tudo o que tinham.”
- A violência do não pagamento das dívidas alterou radicalmente o sistema monetário: “Em 1931-1932, a Inglaterra, Canadá, a Escandinávia e os EUA abandonaram o padrão-ouro; em 1936, somaram-se a eles Holanda e Bélgica, finalmente também a França”. (...) “A desvalorização se mostrava incapaz de sustar as fugas de capitais, inclusive as reforçava. A maioria dos países latino-americanos, cujas moedas foram depreciadas em 1929 e 1930, recorreu ao controle cambial em 1931 e 1932. Na Europa, vários países aliaram igualmente a desvalorização e o controle cambial.”
- A actividade económica produtiva decresce violentamente: “Em 1932, a produção mundial tinha caído 33% em valor; o comércio mundial, 60%; o Birô Internacional do Trabalho contabilizava 30 milhões de desempregados (cálculo modesto). Os países mais atingidos pela crise, além dos Estados Unidos, foram a Alemanha, Austrália, França, Itália, o Reino Unido [onde a taxa de desemprego atingiu 20%], e especialmente o Canadá. (...) O comércio mundial desabou: reduziu-se a um terço do seu valor entre 1929 e 1933. O desabamento se devia, em parte, à queda pela metade dos preços-ouro mundiais. Os índices da produção industrial nos principais países caíram na mesma proporção (50%). E disso resultou um número enorme de desempregados: 12 a 15 milhões nos EUA, 6 milhões na Alemanha, 3 milhões na Grã-Bretanha; na Tchecoslováquia havia quase um milhão de desempregados numa população de 13 milhões de habitantes. A situação foi pior, embora na mensurável em cifras tão precisas, nos países menos conhecidos que viviam da exportação de matérias-primas, agora invendáveis.”
- Houve um aumento da concentração da riqueza: “No fim do processo, oito grupos financeiros detinham 30% da renda nacional: a banca Morgan (que controlava General Electric, Pullman, US Steel, Continental Oil, ATT, etc.), Rockefeller (US\$ 6,6 bilhões em ativos), Kuhn e Leeb (10,8 bilhões), Mellon (3,3 bilhões), Dupont de Nemours (2,6 bilhões). Constituíram-se também redes de acordos internacionais, especialmente com empresas alemãs: Dupont de Nemours e IG Farben, General Electric com Siemens e Krupp, General Motors e Opel.” (Osvaldo Coggiola, “A crise de 1929 e a grande depressão da década de 30”)

Ainda não conhecemos plenamente a actual crise porque ainda a estamos a viver. Não a conhecemos tão bem quanto a crise de 1929/33 porque dessa já exploramos todas as consequências, já incidimos o crivo da racionalidade e o bisturi da análise sociológica e económica ao longo de décadas, mas é possível traçarmos em linhas gerais as grandes semelhanças e diferenças. Elas no ajudarão a compreender algumas vertentes que nos permitirão concluir sobre as ligações entre a actual crise de sobreprodução e a que então se viveu.

12. Entre as **semelhanças** salientemos as seguintes:

(A) Ambas são partes integrantes do ciclo de negócios, são crises de sobreprodução que se manifestam sob a forma de subconsumo. Dentro desta tipificação podemos dizer que são grandes crises, crises de grande intensidade de manifestação, com impactos sociais susceptíveis de gerar as mais profundas rupturas sociais. São crises de amplitude mundial que se revelam com grande sincronismo entre os países até então dominantes.

(B) Ambas se desencadeiam numa fase em que o capitalismo domina à escala mundial, em que as relações económicas e sociais são de tal forma intensas e frequentes que podemos falar num capitalismo mundial, o capitalismo já dominado por grandes empresas internacionais, as chamadas multinacionais. A exploração colonial de então expressa-se hoje sob a forma “neocolonial” (apesar das diferenças entre as duas situações as semelhanças são mais fortes) ou, por outras palavras, utilizando uma terminologia consagrada, estamos, então como hoje, na fase imperialista do capitalismo.

(C) Grande parte das formas de manifestação da crise é semelhante: diminuição do investimento privado, inversão do crescimento do produto nacional, desemprego em grande percentagem, falências, instabilidade bolsistas e violentas quedas de cotação. Enfim uma panóplia de situações a que já fizemos alusão.

Simultaneamente apresentam **grandes diferenças**:

(A) Os mercados financeiros não criam valor, transferem valor. A criação deste encontra-se, grosso modo nas actividades agrícolas e industriais. Os mercados financeiros podem ser importantes para as actividades produtivas mas serão tanto menos quanto o capital fictício assume uma importante parcela das actividades daqueles mercados. Quando da crise de 1929/33 a Inglaterra e os Estados Unidos da América, em plena ascensão mundial eram as economias mais poderosas tanto em termos produtivos como financeiros (em 1926/9 os EUA era responsável por 42,2% da produção mundial de produtos industrializados e o primeiro produtor mundial de carvão, electricidade e petróleo ao mesmo tempo que a bolsa de Nova Iorque assumia cada vez mais a hegemonia financeira mundial). Na actual crise os EUA dominam os mercados financeiros, continuam a ter uma importante base industrial mas há uma forte deslocação dessas actividades para outras economias, como a China. Há um hiato político-territorial entre o centro das actividades financeiras e os centros das actividades criadoras de valor. Este hiato tende a condicionar as possibilidades de

recuperação da crise e tenderá a associar a saída da crise a uma reestruturação do poder económico mundial.

(B) Em parte pelas razões invocadas no ponto anterior, em parte por uma generalização da ideologia neoliberal, em parte, ainda, pelas novas formas adoptadas pelos EUA para manter o seu poder internacional (assente no capital financeiro e na capacidade militar) a economia mundial, muito particularmente as economias americana e europeia, dos últimos trinta anos tem assentado numa expansão exponencial dos mercados financeiros (monetário, de capitais, cambial; formais e informais), dos contratos a prazo (futuros, opções, *swaps*, *warrants*, certificados, produtos estruturados, *Hedge Funds* e tudo que a imaginação e os interesses do capital fictício o exijam), dos bancos, instituições financeiras e fundos de pensões. Uma financiarização não só desligada do processo produtivo como, em grande medida, contra ele. O capital especulativo, a quantidade de recursos absorvidos pelas transacções financeiras, o predomínio avassalador do curto prazo na lógica e dinâmica económicas foram factores que colocaram os mercados financeiros em conflito com as actividades produtivas. Acrescente-se que tudo isto associado à ideia da eternização desse processo conduziu a uma abundante criação legal favorável à redução das reservas bancárias (o que simultaneamente aumentava as suas capacidades de crédito) e à desregulação.

Por outras palavras, esta financiarização da economia apontava para a possibilidade de uma crise económica de maiores proporções e menores possibilidades de recuperação que na crise anterior. Esta tendência ainda foi reforçada pela política económica desencadeada quando dos primeiros sinais da crise: apoiar os bancos, alimentar os mercados financeiros, facilitar a vida aos principais agentes causadores da crise.

(C) O crescimento avassalador das actividades financeiras aqui referido foi sistemicamente acompanhado por um aumento da economia não-registada, frequentemente designada por economia paralela. Aumentam as actividades que visam a fuga aos compromissos fiscais (grandemente com o apoio dos próprios Estados que fomentaram a concorrência fiscal, a livre circulação do capital, a deslocalização industrial, as praças financeiras *offshore*), a economia ilegal (da escravatura ao tráfico de droga, do armamento ao lixo tóxico, das espécies em extinção aos órgãos humanos, etc.) e ainda a economia informal. A fraude entrelaça-se com esta tendência de aumento da economia paralela, a corrupção generaliza-se a assume formas mais sofisticadas, como a promiscuidade entre o económico e o político, o financiamento das campanhas eleitorais, etc.). As máfias e o crime económico internacional organizado estão presentes por todo o lado. Estas são situações totalmente novas em relação à crise de 1929/33.

Por definição o aumento muito significativo da economia paralela reduz a eficácia das políticas económicas, reduz as possibilidades dos Estados desencadearem políticas económicas cíclicas, anti-crise e de recuperação, de promover um desenvolvimento económico assente na criação de valor.

(D) Há contudo uma diferença entre as duas crises que joga a favor da situação actual. Os Estados têm um passado de intervenção que lhes confere um maior peso na economia, apesar das teses liberais, antes, e neoliberais, depois. A integração económica, o maior entrelaçamento da economia e os actuais meios tecnológicos permitem conjugação de esforços à escala mundial e maior rapidez de actuação.

Mesmo nas semelhanças existem diferenças que não são nada despiciendas. Em ambas as situações há um domínio mundial do capitalismo. Contudo a crise de 1929/33 acontece com a experiência da Revolução Russa de 1917 ainda bem viva na memória de todos, num quadro social internacional de construção de um sistema social alternativo. A actual crise verifica-se após de um quarto de século de derrocada do conjunto de países constitutivos do “bloco soviético”, de convencimento de que a China optou definitivamente pelo capitalismo. Por outras palavras então o capitalismo estava ameaçado enquanto agora é o grande vencedor à escala mundial.

13. Perante a situação de crise, animados pelos apoios concedidos pelos Estados e pelas grandes quantidades de capital-dinheiro fora do controlo do Estado (*offshores*, economia paralela, branqueamento de capitais) o capital financeiros redescobriu novas formas de se reproduzir, de continuar a usufruir de lucros associados à especulação. **Os mercados de futuros e as multinacionais permitiram alastrar a especulação a bens essenciais ao quotidiano das sociedades e das pessoas.** Afectou os preços internacionais do petróleo e dos bens alimentares.

Os preços de muitos bens deixaram de ser o “ponto de encontro da oferta e da procura” e passaram a ser essencialmente o resultado do jogo monopolista através da intermediação dos mercados de futuros.

Isso já era muito claro quando dos primeiros aumentos brutais do preço do petróleo. Afirmava então (« O Financeiro contra o económico ». *Shift* #1, Maio 2008):

“Se as crises são períodos típicos de opção por bens que possam funcionar como reservas de valor, o sistemático aumento do preço do petróleo e os aumentos de alguns outros bens minerais e agrícolas, revelam uma situação nova. Os preços no consumidor final não são o resultado dos custos de produção e da oferta e da procura, mas da especulação:

«O movimento ascendente mais recente ocorreu em paralelo com uma queda pronunciada do valor do dólar americano e, conseqüentemente, com uma deslocação de muitos investidores para futuros contratos de crude. Trata-se de uma substituição básica dos activos em alta pelos que se encontram em declínio. Esta dinâmica influenciou significativamente o preço do petróleo no curto prazo e fez também aumentar os preços de outras mercadorias. (...) A OPEC aprecia a forma como os mercados financeiros funcionam, mas é importante ter atenção aos impactos sobre o mercado do petróleo deste género de especulação, na medida em que pode criar um clima de nervosismo e incerteza.» (OPEC, «Stability and volatility?», *OPEC Bulletin* 3-4/08)

O capital fictício continua a promover formas de auto-sustentação. Consegue transferir os impactos da especulação para o preço dos bens de consumos, canalizando rendimentos dos consumidores para os lucros de empresas e especuladores.”

Continua a ser assim hoje, como se relata em “Petrolíferas aproveitam a desgraça alheia”, publicado em Maio no *Courrier*:

- “o essencial, o custo do barril das empresas reflecte os custos anteriores de perfuração e/ou de compra do crude, que quase sempre têm pouco ou nada a ver com o preço actual do crude”
- “os verdadeiros – e talvez únicos – ganhadores são os especuladores financeiros, nos mercados de futuros, e as grandes empresas petrolíferas, que tiram partido do pânico generalizado para impor um aumento dos preços muito superior ao dos seus custos”.

14. A actual crise do euro e da União Europeia (é isso que está em causa e não os problemas financeiros grego, irlandês, português, espanhol, italiano, belga, etc., não as dificuldades de liquidez da grande maioria dos bancos, não o abrandamento do produto das economias dominantes como a alemã) **é a conjugação de dois factores: (a) a expansão da especulação financeira às dívidas dos Estados e aos mercados cambiais; (b) uma série de erros na criação do euro.**

Porque já anteriormente falámos do expansionismo do capital fictício e especulativo recordemos alguns aspectos da segunda vertente. Alertando para outros textos já depositados neste espaço, recorremos a mais um artigo do *Courrier* (“Euro: salve-se quem puder”) publicado em Junho:

- “A crise da dívida na Europa pôs a nu todas as mentiras, todos os logros, vazios jurídicos, fissuras políticas e lacunas económicas que acompanharam a criação da moeda única. Uma das razões pelas quais os europeus ainda não consolidaram o euro é a sua incapacidade de avaliar a magnitude da má-fé que esteve presente na criação da moeda única”.
- “a Zona Euro foi sempre vulnerável a uma crise financeira. Mas, levando a negação ao extremo, a Europa nunca criou um mecanismo de resolução de crises. (...) Foram as decisões políticas tomadas pelos dirigentes europeus que acabaram por pôr em perigo a solvência de alguns países. O erro mais grave cometido durante o processo de procura de solução para a crise foi a decisão tomada pelos líderes da Zona Euro, em outubro de 2008, após a falência do banco americano Lehman Brothers, de adoptar uma abordagem do tipo (...) cada um por si (...) em relação à crise do sistema bancário.”
- “a Europa está atolada num problema clássico da ação colectiva: a defesa dos interesses nacionais impede uma solução comum”.

15. É neste contexto internacional e neste entendimento das crises e da crise de sobreprodução actual que podemos entender a “crise das dívidas soberanas”.

Contudo fica uma dúvida.

A maneira como a “crise do euro” tem sido “comandada pelos mercados” é de um rigor cirúrgico no aproveitamento dos elos mais fracos, do desnorteio das instituições, da articulação entre as situações europeias e internacional. A conjugação de esforços entre os “donos do mundo” (“mercados”, banca, *ratings*, etc.) também tem sido de um rigor militar.

Os “mercados” têm uma direcção estratégica e táctica?

Os “mercados” têm uma *intelligentia*?